

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.563 - SP (2019/0290838-9)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : JOAO TAVARES DE LIRA NETO
ADVOGADOS : FÁBIO FREDERICO DE FREITAS TERTULIANO -
SP195284
ALDO SIMIONATO FILHO - SP254724
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **JOÃO TAVARES DE LIRA NETO**, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fl. 181):

REEXAME NECESSÁRIO - PERÍODO COMUM NÃO COMPROVADO - APELAÇÃO DO AUTOR IMPROVIDA - REEXAME NECESSÁRIO NÃO CONHECIDO

1 - Tendo em vista que o valor de alçada no presente feito não supera 1.000 (um mil) salários mínimos, não conheço da remessa oficial.

2 - No caso em questão, há de se considerar inicialmente que permanece controverso o período comum de 01/07/1983 a 30/01/1986. Analisando o CNIS do autor, verifico que não constam contribuições no período.

3 - Ademais, nada a deferir no tocante ao cerceamento de Defesa, tendo em vista que é seu o ônus de comprovar suas contribuições em período como autônomo e não requereu a produção de quaisquer provas no momento oportuno, restando preclusa a oportunidade. Consequentemente, não totaliza o autor tempo suficiente de contribuição para a concessão do benefício pleiteado.

4 - Apelação do autor improvida. Reexame necessário não conhecido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 201).

Aponta o recorrente violação aos arts. 165, 458, II e 535, II, do CPC/73, 355, **caput** e inciso II, 10, 141 ao 492, **caput**, do CPC/2015, sustentando, além de negativa de prestação jurisdicional, a existência de julgamento **ultra petita**, na medida em que "*O v. acórdão recorrido deixou de incluir no cálculo de tempo de contribuição do recorrente o período comum de 01.07.1983 a 30.01.1986, sendo que o período sequer foi alvo do pedido formulado na peça exordial por ter sido computado no âmbito*

Superior Tribunal de Justiça

administrativo" (fl. 211).

Aduz que, *"no momento em que deveria sanear o feito, fixando os pontos controvertidos e concedendo prazo para o recorrente comprovar o período em tela por entender não devidamente comprovado, o ilustre magistrado de primeira instância surpreendeu o recorrente ao sentenciar o feito e não conceder o benefício por deixar de incluir na contagem de tempo de contribuição o período incontroverso, considerado pelo INSS no requerimento administrativo de aposentadoria"* (fl. 211).

Alega que, *"No que tange ao tempo de contribuição apurado administrativamente, trata-se de questão incontroversa que sequer foi colocada em juízo, não podendo o v. acórdão dispor sobre tal questão, visto que lhe é vedado ir além dos pedidos. Ao ir além do pedido, a decisão foi ultra petita, por apreciar não apenas os fatos essenciais postos pelas partes como também outros fatos essenciais, alheios ao pedido"* (fl. 213).

Afirma que *"A parcela do julgado que extrapolou o pedido eiva de vício de procedimento (error in procedendo), devendo ser invalidada, visto que gerou grave prejuízo ao recorrente no processo"* (fl. 213).

Sem contrarrazões.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não comporta acolhida.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Acerca da alegação de que a Corte origem teria extrapolado os limites objetivos da lide, destaca-se da fundamentação dos embargos de declaração a seguinte passagem (fl. 199):

No caso vertente, verifico que a r. sentença de fls. 123/127-V, confirmada pelo V. Acórdão embargado, não considerou o tempo em que o autor alegou ter trabalhado como autônomo,

Superior Tribunal de Justiça

conforme descreveu em sua Tabela de fls. 06. Consta em sua Tabela que entre 12/07/1983 a 30/01/1986 trabalhou como autônomo e, conseqüentemente, faria jus à aposentadoria por tempo de contribuição.

Todavia, tal período não foi comprovado nos autos, não contando no CNIS do autor, nem constando os efetivos recolhimentos em relação a este período, sendo que são de responsabilidade do embargante tais recolhimentos.

Nesse contexto, verifica-se que o acórdão recorrido não extrapolou os limites da demanda, tendo em vista que o entendimento desta Corte Superior é no sentido de que "não ocorre julgamento **ultra petita** se o Tribunal local decide questão que é reflexo do pedido na exordial. O pleito inicial deve ser interpretado em consonância com a pretensão deduzida na exordial como um todo, sendo certo que o acolhimento da pretensão extraído da interpretação lógico-sistemática da peça inicial não implica julgamento **extra petita**" (AgRg no AREsp 322.510/BA, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 11/06/2013, DJe 25/06/2013).

A propósito, confira-se decisão proferida em hipótese semelhante:

PROCESSUAL CIVIL. ARTS. 128 E 460 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. JULGAMENTO EXTRA PETITA NÃO CONFIGURADO.

1. É inadmissível Recurso Especial quanto à questão (arts. 148 e 460 do CPC), que, a despeito da oposição de Embargos Declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo. Aplicação da Súmula 211/STJ. Em conformidade com a orientação remansosa do STJ, caberia à parte, nas razões do seu Recurso Especial, alegar violação do artigo 535 do CPC, a fim de que o STJ pudesse averiguar a existência de possível omissão no julgado, o que não foi feito.

2. Ademais, não configurou julgamento extra petita a decisão do Tribunal de origem que apreciou o pleito inicial interpretado em consonância com a pretensão deduzida na exordial como um todo. Sendo assim, não ocorre julgamento ultra petita se o Tribunal local decide questão que é reflexo do pedido na Inicial.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 506.994/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014 , DJe 10/10/2014)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INOCORRÊNCIA DE JULGAMENTO EXTRA OU ULTRA

Superior Tribunal de Justiça

PETITA. PECULIARIDADES DA DEMANDA DE CARÁTER PREVIDENCIÁRIO. INTERPRETAÇÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA. NÃO HÁ ADSTRIÇÃO DO JULGADOR AO PEDIDO EXPRESSAMENTE FORMULADO PELO AUTOR. RECONHECIMENTO DO DIREITO ÀS PARCELAS VENCIDAS. AGRAVO INTERNO DO DISTRITO FEDERAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento consolidado de que não constitui julgamento extra ou ultra petita a decisão que, em atenção aos termos da congruência, concede providência jurisdicional diversa da requerida, por interpretação lógico-sistemática da peça inicial. Precedentes: AgRg no REsp. 1.384.108/RS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 3.2.2015; AgRg no AREsp. 574.838/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 30.10.2014; REsp. 1.426.034/AL, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 11.6.2014.

2. [...]

3. Agravo Interno do DISTRITO FEDERAL a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 730.166/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/02/2019, DJe 28/02/2019)

Ademais, a desconstituição das premissas lançadas pela instância ordinária, na forma pretendida, demandaria o reexame de matéria de fato, procedimento que, em sede especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ, bem anotada pelo decisório agravado.

Nesse sentido, vejam-se reiterados precedentes desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO RESCISÓRIA. CABIMENTO. JULGAMENTO COM FUNDAMENTAÇÃO DIVERSA DO PEDIDO INICIAL. POSSIBILIDADE. JULGAMENTO AQUÉM DO PEDIDO (CITRA PETITA). ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Não há que se falar em violação do art. 460 do CPC/1973, equivalente ao art. 492 do CPC/2015, na hipótese de julgamento que apenas adota fundamentação diversa das alegações do autor, sem extrapolar os limites em que foi proposta a lide.

2. Verificada a ocorrência de julgamento aquém do pedido (citra petita) pelo juízo ordinário com base no contexto fático-probatório dos autos, descabe a este Superior Tribunal de Justiça o reexame da matéria, em recurso especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. Se a alegação da violação de literal disposição de lei

Superior Tribunal de Justiça

pressupõe a superação anterior do óbice da Súmula 7/STJ, inviável sua análise nesta sede. Precedentes.

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido.

(REsp 1.494.427/RS, Rel. Min. OG FERNANDES, Segunda Turma, julgado em 19/9/2017, DJe 22/9/2017)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. EXECUÇÃO. COMPENSAÇÃO. OFENSA À COISA JULGADA. JULGAMENTO EXTRA PETITA. COMPROVAÇÃO DO PAGAMENTO. CÁLCULOS APRESENTADOS PELA CONTADORIA JUDICIAL. VERIFICAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 458 E 535 DO CPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA.

[...]

4. A alteração das premissas fáticas adotadas pelas instâncias ordinárias, acerca da comprovação do pagamento do reajuste pleiteado, da não ocorrência de julgamento extra petita, bem como sobre os termos do parecer técnico e o alcance do título executivo, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.305.882/PR, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, Primeira Turma, julgado em 21/3/2017, DJe 30/3/2017)

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator